

Publique-se Inclua-se em pauta por <u>cinco</u> sessões <u>19, abril, 2000</u> <u>[assinatura]</u> Vanderlei Macris - Presidente
--

PROJETO DE LEI Nº 212, de 2000.

SERVIÇO DE REGISTRO E PROTOCOLO LEGISLATIVO <u>2571</u> de <u>19, 4</u> 00 Autuado com <u>2</u> folhas Ass. <u>P</u>
--

Dispõe acerca da proibição, no âmbito do Estado de São Paulo, da realização de espetáculos públicos com utilização de animais selvagens em estabelecimentos teatrais e circenses.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta:

Artigo 1º - Fica proibida, no Estado de São Paulo, a utilização de animais selvagens em espetáculos teatrais e circenses, em recinto fechado ou aberto.

Artigo 2º - A infração à proibição constante desta lei implicará a apreensão dos animais exibidos e sua imediata remoção para o Jardim Zoológico mais próximo, além da aplicação de multa correspondente a 1.000 (um mil) UFESPs por cabeça.

§ 1º - A restituição dos animais somente ocorrerá ao final do processo e após o pagamento das multas aplicadas e das despesas com sua manutenção, mediante o compromisso de não mais serem exibidos em território estadual.

§ 2º - O descumprimento do compromisso assumido acarretará a aplicação em dobro da multa prevista no "caput" deste artigo, bem como a instauração, pelo Estado, de processo expropriatório dos animais.

Artigo 3º - Do valor da indenização fixada serão obrigatoriamente abatidos os valores correspondentes às penalidades aplicadas aos proprietários, à manutenção dos animais e a eventuais tratamentos de saúde que tenham recebido até o final do processo.

Artigo 4º - As despesas com a execução desta Lei serão custeadas com as dotações orçamentárias destinadas à ampliação e ao melhoramento dos jardins zoológicos estaduais.

FLS. N.º <u>1</u>
RGL. <u>2571</u>
PROTOCOLO LEGISLATIVO <u>1</u>

18/04 12:33 061672

FLS. N.º 2
EXPL. 2571
PROTOCOLO LEGISLATIVO

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

O objetivo primordial da presente iniciativa é assegurar o direito à vida das pessoas, cerceando a possibilidade da ocorrência de tragédias chocantes como a ocorrida há poucos dias, quando uma criança foi devorada por um leão, no interior de um circo, sob as vistas impotentes de seu pai, do domador da fera e de centenas de circunstantes. A incolumidade física dos freqüentadores de tais casas de espetáculos não pode ficar dependente das duvidosas providências preventivas de seus proprietários e empregados e, tampouco, da ineficiência da fiscalização que sobre elas deveria exercer o poder público local que outorga a licença de funcionamento. A conduta responsável recomenda vedar totalmente esses espetáculos e impedir a reiteração de omissões e negligências insuportáveis, escopos que merecem, com certeza, a acolhida de meus nobres pares. De outro lado, protege-se a incolumidade dos animais selvagens, nos exatos termos previstos nos artigos 23, inciso VII, e 24, inciso VI, da Constituição Federal, relativamente à fauna, vítimas da cupidez, da imprudência e da negligência de seus proprietários e de seus prepostos domadores e, posteriormente, da violência policial.

Sala das Sessões, em

Deputado DORIVAL BRAGA

PTB

Divisão de Ordenamento Legislativo
Serviço de Processo Legislativo
Publicado no "DIÁRIO OFICIAL"
em 20.04.2000

Serviço de Suporte e Conferência
Esta proposição contém
assinaturas
SSG.19/4/00
Conferente

Nos termos do item 3, parágrafo único do artigo 148, da IX Consolidação do Regimento Interno, a presente proposição esteve em pauta nos dias correspondentes às 55ª a 59ª Sessões Ordinárias (de 25/04 a 02/05/00), não tendo recebido emendas ou substitutivos.

DOL, 02/05/00.

lla